

AUTORIAS

Pedro Demo (2011)

Tomar autoria no plural (autorias) significa assumir sua condição holística e multicultural, além de perceber que sua prática pode ser múltipla, tensa e até contraditória na realidade social, como é o caso no mundo virtual: as identidades não são estanques pela vida afora, nas redes sociais podemos ter várias e contraditórias, autoria pode ser individual e coletiva, e assim por diante. Recomenda-se, então, ver autoria como desafio flexível, dialético, sempre em construção, desconstrução e reconstrução, no contexto de validades relativas.

AUTORIAS PRÓPRIAS – VIRTUDES E LIMITES

Neste capítulo busco fazer uma sùmula da análise do texto de Magolda et alii (2010) sobre autoria própria. Pode-se notar o quanto a psicologia do desenvolvimento investiu nesta direção, ainda que guiada, pelo menos no início, por pressupostos teóricos e metodológicos dúbios, principalmente positivistas. Pensava-se que seria viável “mensurar” disposições qualitativas, intensas, complexas, como desenvolvimento epistemológico, habilidades críticas e autocríticas, potencialidades de relacionamentos, e assim por diante. Pensava-se também que a introspecção intrapessoal seria decisiva para a autoria própria, sobre o pressuposto de que autonomia individual(ista) seria sua razão de ser. Era um traço próprio da cultura americana individualista, acostumada a apostar no indivíduo que resolve as coisas por si mesmo (Kamenetz, 2010): depender do outro era sinal de fracasso individual. Quase sempre o outro era visto como obstáculo ou rival. Assumia-se que parâmetros do desenvolvimento epistemológico seriam os mesmos para todo o mundo, sem se dar conta que se estavam universalizando expectativas americanas. A obra seminal de Kegan (1982; 1994), embora ainda estivesse amplamente presa a tais pressupostos, já inspirava alternativas, porque tinha suficiente espírito de autocrítica. Como sempre, a visão americana da autoria própria procurava consagrar sua própria história, vista como produção heroica e hercúlea de um país livre e líder do mundo (Zakaria, 2009). O método científico, decantado como neutro e objetivo, também não escapou desta arapuca: a realidade, para existir, não depende de nós, mas, para ser entendida e manipulada, depende de nossa participação, que nunca é neutra e objetiva. Ademais, ressaltando-se a habilidade de “interpretar”, aí já emergia a percepção de que toda interpretação é reinterpretada, e assim sucessivamente.

Por trás vibrava uma expectativa de autonomia que imaginava ser autônoma sozinha, sem os outros. Ser autônomo é principalmente saber impor-se, por vezes contra tudo e contra todos. Este sentido também cabe, mas não pode ser único, talvez nem o principal. Quando se fala de emancipação dos marginalizados, saber confrontar-se é essencial, porque é preciso virar a mesa. Mas em sociedade, na convivência diária socializada, ser autônomo só pode acontecer na convivência com a autonomia dos outros. Precisa-se dos outros, crucialmente. A pretensão clássica americana do “do it yourself” (faça por si mesmo) (Knobel & Lankshear, 2010) pode ser mantida como espírito próprio de luta e conquista, mas não pode ser imposta pura e simplesmente: não há como tornar-se autônomo destruindo os outros. O outro nos constitui. Ao fundo, apareciam laivos darwinistas de cunho eurocêntrico, fustigando agressividades que se imaginam próprias da sobrevivência da espécie: só há vitória quando o outro é derrotado. Em termos epistemológicos, aparecia uma contradição intestina do modernismo ocidental: à revelia da percepção epistemológica de que conhecimento não medra em espaços autoritários, a autoridade do argumento tende a ser, de novo, substituída pelo argumento de autoridade. A ciência gostaria de substituir a religião, mantendo expectativas universais de validade. Em parte, ciência surgiu combatendo esta pretensão, mas, com o tempo, a reconduziu ao seu âmago, quando passou a requisitar o status de conhecimento unicamente válido. O círculo vicioso é nítido: usamos o argumento de autoridade porque pretendemos ser argumento de autoridade.

No entanto, a própria pesquisa de cunho construtivista e desenvolvente foi mostrando que a

maturidade do desenvolvimento se afasta de dicotomias fáceis, pretensões de validade absoluta, posturas autoritárias, aceitando que a validade que cabe na vida é a relativa, porque vida é relativa: um dia acaba. Foi um dos resultados mais pertinentes e criativos: autoria própria não combina com autoria absoluta. Ela carece conviver com outras autorias, o que ficou ainda mais claro com o aprimoramento da pesquisa multicultural. Esta trouxe muita novidade. De um lado, abalou a expectativa de que existiria uma cultura superior, cujos parâmetros poderiam ser usados para classificar as outras. Não era possível esperar que uma cultura específica pudesse ser universal. Era uma entre outras, por mais que seu progresso tecnológico fosse astronomicamente maior. De outro, descobriu-se rapidamente que outras culturas também apresentam suas virtudes epistemológicas, embora em outras direções, por vezes surpreendentes. A comparação com estudantes japoneses foi talvez a mais chocante. Eles em geral se desempenham melhor que os americanos, ainda que a pesquisa atribua aos americanos níveis epistemológicos mais sofisticados. Japoneses, como em geral na cultura asiática, preferem referências coletivas, dialéticas, ainda agarradas ao argumento de autoridade e sem muita preocupação com a fonte do conhecimento. Ainda assim, seu desempenho é melhor, talvez porque o japonês estude mais, tenha dedicação muito maior, permaneça focado com maior facilidade, possivelmente um traço cultural próprio. Como dizem Arum & Roksa (2011), estudantes americanos facilmente trocam estudo por entretenimento. Assim, é possível desenvolver-se a contento com outros pressupostos e outros chãos culturais, tornando-se prepotente e equivocado postular que a rota americana do desenvolvimento pessoal é a correta. É difícil para a cultura eurocêntrica engolir sua validade apenas relativa, assim como é difícil para outras culturas aceitar que seriam apenas referências secundárias e caudatárias.

Aprendemos que tais dinâmicas são complexas demais para serem parametrizadas em moldes fixos, levando os autores mais críticos a aceitarem modulações maiores do que as teorias pedem. Estas querem classificações nítidas. A realidade oferece limitações difusas. Assim como há autores que apostam ser conhecimento a mola mestra desta sociedade e economia (Duderstadt, 2003. Amsden, 2009), outros veem conhecimento como energia fundamental, mas não fatal (Chang, 2010). Realidades intensas são complexas, ambíguas, difíceis de delimitar, como é autoria própria. Se apertarmos demais o “próprio”, promovemos uma autonomia agressiva e ensimesmada. Se relegarmos a “autoria”, tudo cai na vala comum. Faz falta na obra de Magolda et alii (2010) o desafio das autorias digitais, porquanto hoje em dia será difícil discutir autoria sem tomar em conta o contexto das novas tecnologias, não só porque está sendo valorizada, mas igualmente limitada. As plataformas da web 2.0 elevaram as expectativas de autoria, porque admitem esta potencialidade, já comprovada em várias frentes, como a Wikipédia (Demo, 2009). As pessoas que participam agregam alguma coisa, mesmo que seja minúscula, podendo, porém, ser aprimorada em níveis muito sofisticados, como muitos textos da Wikipédia. É um mundo de autoria aberta, sempre disponível para novas edições e criações, sob a batuta da autoridade do argumento. Não é possível participar sem um mínimo de autoria.

No entanto, este termo também saiu relativizado fortemente, retomando a discussão da “morte do autor” (Death of the Author, 2010). Ninguém é autor sozinho, porque tudo que se produz provém de coisas já produzidas, inclusive ideias. A rigor não existe mente original, porque, no fluxo evolucionário, novas mentes surgem de mentes anteriores. Todo texto pressupõe outros textos. Autorias se servem de outras autorias, naturalmente. Não cabe, pois, a visão clássica da soberania do autor, pois autor soberano nunca existiu. Mas não foi somente esta relativização que apareceu. Ao lado da autoria individual, incrementou-se enormemente a autoria coletiva, preferida no mundo virtual e por muitos educadores. Neste sentido, a Wikipédia tem laivos de obra prima, porque consegue manter uma enciclopédia de autoria coletiva e gratuita, agregando especialistas e amadores. Embora contenha inúmeros problemas, sobretudo de vandalismo, amadorismo e dificuldade de se autofinanciar (Lih, 2009), é exemplo pertinente de que as pessoas, para além das rivalidades inconfessáveis e sempre vigentes, podem, com devida motivação, trabalhar juntas para o bem comum de todos. Este tipo de autoria não pede vassalagem, nem copyright ou propriedade intelectual.

Assim, temos duas situações mais típicas com respeito à aprendizagem. De um lado, é fundamental promover a autoria, porque é referência crucial da aprendizagem bem feita, reconstrutiva, autônoma, produtiva. De outro, não é menos fundamental relativizar a autoria, seja na dimensão do coletivo, seja na dos limites naturais da originalidade individualizada. Para educadores, o desafio maior é compor autonomias rivais, de sorte que ser autônomo implique conviver com outras autonomias. Para a cultura eurocêntrica, é desafio ingente. Para outras culturas, é o que mais convém.

PARA CONCLUIR

A pesquisa americana, em que pesem seus percalços metodológicos e culturais, teve a perspicácia de fomentar um lote imenso de estudos pertinentes nesta área, muitos sem espírito crítico mais visível, mas outros tantos extremamente abertos e criativos. Isto ressalta a importância da pesquisa como atividade livre, crítica e criativa, fundada em autorias discutíveis. Esta condição complexa lembra uma preocupação de Freire (1997) que sumário nos seguintes termos: É fundamental que o marginalizado se emancipe, e para tanto precisa desenvolver espírito crítico e de luta, organizando-se, em termos de cidadania, para tanto. Precisa aprender a confrontar-se, à medida que percebe ser sua marginalização produto histórico, não sina ou condenação. Pode ser mudada, desde que ele assuma o destino em suas mãos, ainda que até certo ponto apenas. No entanto, é comum na história que o marginalizado de hoje se torne o prepotente de amanhã, bastando chegar ao poder. Aí, então, caberia emancipar o emancipado, porque este entendeu emancipação como imposição autoritária, não como a instituição de uma sociedade alternativa igualitária. Autonomia bem realizada postula a convivência com outras autonomias, porque sabe que o outro nos constitui. O outro não é apenas referência externa, porque está fora de nós, mas referência interna porque é parte de nossa existência. Autonomia cidadã é aquela que convive com propostas diferentes, divergentes e complementares, procurando, acima das pretensões pessoais, encaixar-se no bem comum.

TEXTO ADAPTADO:

Demo, P. 2011. Autorias.

Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1YVn6UI5ZxmJBpum78XYtJ3fDk_IfkjirYEL9xtN_R4M/pub